

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 144/145/146

CURITIBA, TERÇA/QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 24/25/26 DE OUTUBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Valdir Rossoni
Líder Oposição	Orlando Pessuti
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Hermes Fonseca
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	Sérgio Spada
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE OUTUBRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Milton Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Ângelo Vanhoni (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência defere e fará a chamada nominal.

Solicito ao senhor 1º secretário, Hermes Fonseca, para que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermes Fonseca)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, solicito a Vossa Excelência que determine ao nobre 1º secretário para que faça, como de praxe, a 2ª chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Desnecessária a lembrança de Vossa Excelência, até porque iria solicitar ao 1º secretário que fizesse em seguida.

Por gentileza, senhor 1º secretário, proceda a 2ª chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermes Fonseca)

(Procede a 2ª chamada nominal dos senhores deputados).

Treze deputados presentes, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há quórum para prosseguimento da sessão. Mas, no entanto, antes de encerrar a sessão, pelo respeito que tenho pelos professores que aqui estão, faço questão, de lhes pedir alguns minutos de silêncio para uma colocação. Acho, quero crer, que esta presidência e, em especial, esta Casa têm demonstrado um espírito democrático ao escancarar as portas para toda a sociedade do Paraná.

Vossas Excelências ou vocês sabem do que estou falando, aqui jamais se fecha a porta, se cala a palavra de quem quer que seja. Nós, e posso dizer isso com quem tem crédito com os professores para dizer isso. Vocês sabem muito bem do que estou falando, e o professor Romeu que ali está sentado também sabe.

Agora, meus prezados professores, e como lamento não dar prosseguimento esta sessão com vocês aqui, porque acho um desaforo vocês se deslocarem das casas, dos lugares de vocês e virem aqui, nesta Casa, que é a Casa do Povo, para fazer um reclamo, uma solicitação dos seus anseios. No entanto, como estamos num momento eleitoral, fiz questão absoluta de no dia de ontem solicitar, - com todo o respeito que existe entre esta Presidência e o presidente do Sindicato, - o presidente Romeu, e disse: primeiro, esta reivindicação da eleição para diretores, tenho a certeza, absoluta, e vocês ontem com apoio deste presidente para que esta solicitação seja aceita. E vejo boa vontade por parte do governo e acho que vai ser aceita.

Segundo Romeu, não é o momento para nenhuma das partes numa cidade que vive a maior disputa eleitoral da sua história para prefeito de Curitiba. Deixem para fazer essa reunião na segunda-feira, terça-feira, com o

apoio não só da Bancada de Oposição como também da Bancada Governista. Ninguém aqui poder ser contra reivindicação de professor como nunca foi. Romeu, vamos adiar esta manifestação para um dia após a eleição!

Não! Tem que ser amanhã!

Pois bem, não há quórum e nem condições de prosseguir a sessão. Lamento, mas tenho que ser franco com vocês: isto aconteceu ontem e estou preocupado com isso desde o início da semana. Não era o momento ideal para ninguém! Nem para o candidato de oposição ao governo na prefeitura porque ele não quer qualquer tipo de manifestação em prédio público que possa prejudicar também a sua eleição!

Mas, tem gente que quer aparecer mais do que o Papa, e, por esta razão, a sessão está encerrada.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 207, 295, 303 e 318/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324 e do Projeto de Resolução nº 020/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 012, 198 e 290/2000.

Levanta-se sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 130/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, MARLI T. FANTINI, de trinta (30) dias, a partir de 20.09.2000 (CID. F. 92.0)

(Prot. nº 8881/2000)

PORTARIA Nº 131/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, de trinta (30) dias, a partir de 03.10.2000. (CID. 298.0/7.)

(Prot. nº 8872/2000)

PORTARIA Nº 132/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, MARCIA BORIO MOJTUNIK, de quarenta e cinco (45) dias, a partir de 09.10.2000. (CID. 10.M.65.4)

(Prot. nº 9142/2000)

PORTARIA Nº 133/2000

mandar contar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, em favor de SONIA MARIA TENORIO DE ALBUQUERQUE, matrícula nº 40380, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, nos termos do § 9º, artigo 201, da Constituição Federal, o tempo de oito (08) anos, nove (09) meses e vinte e três (23) dias, em que prestou serviços em atividade privada durante o período de 09 de maio de 1975 a 01 de março de 1984, conforme Certidão do INSS, em anexo.

(Prot. nº 6129/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.10.2000.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas das Comissões:

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 138/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator: deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

Rosângela Alves Cardoso - Secretária

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 283/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Relator: deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 303/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Relator: deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 289/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 20/2000. Relator: deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
Rosângela Alves Cardoso - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano dois mil, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 290, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
Rosângela Alves Cardoso - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata

da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei: nºs 067, 140, 206, 210, 223, 276 e 291/2000 e também redação final ao Projeto de Resolução nº 012/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2000

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Ângelo Vanhoni (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1974

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação da Mensagem Governamental nº 027/2000, que dispõe sobre a unificação dos quadros de acesso de carreiras de Oficiais e Praças da PMPR e extingue o quadro da Polícia Militar Feminina e de Praça da Polícia Militar Feminina.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 335/2000 que dispõe sobre a concessão de período reservado a estudos, planejamentos e avaliações das atividades docentes no ensino fundamental, da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná (hora/atividade).

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1968

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do jovem Leonardo Longhini, falecido no último dia 22 de outubro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1969

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Marcos Antonio Celan, falecido no último dia 22 de outubro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1971

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário seja enviada à família Populin, votos de pesar pelo passamento do senhor Odilon Populin, ocorrido no último dia 21 de outubro.

Odilon Populin, foi um dos pioneiros da cidade de Maringá, tendo dedicado sua vida ao ramo industrial.

Amigo estimado, pai dedicado, deixa um legado de honradez, trabalho e exemplo de participação e conduta irrepreensível, muito tendo contribuído para Maringá e região.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1967

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Batista e Maria Dias Batista, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1975

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao escritor, advogado e professor tamandareense, doutor Harley Clóvis Stocchero pela sua eleição na última terça-feira,

17 de outubro, para ocupar a cadeira nº 21 da Academia Paranaense de Letras.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada, Rua Cel. João Cândido de Oliveira, 244 - CEP 83501-010, Centro, Almirante Tamandaré, Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Instituto "Ital Uil" pela inauguração de sua sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Inaugurada no decorrer da última semana a sede do *Instituto de Tutela ed Assistenza Lavoratori Unione Italiana de Lavoro* - Ital Uil em Curitiba.

Com sedes em Roma (Itália) e São Paulo, a Ital, o Patronato da Uil reforça na Itália e no mundo os seus serviços para a assistência e a tutela do cidadão, no exercício de seus direitos fundamentais. Abre novos horizontes de uma sociedade em que o cidadão e a sua família diferenciam cada vez mais as expectativas e necessidades.

A Ital possui 1000 sedes na Itália, 300 no exterior e 5.000 técnicos a serviço do trabalhador.

Atua na área de Previdência, Assistência e Cidadania Italiana. A área de Previdência é uma das mais concorridas, já que a Ital oferece gratuitamente serviços de obtenção ou revisão de aposentadoria para quem tenha trabalhado na Itália e no Brasil. Também auxilia na obtenção de cidadania italiana para os descendentes de italianos (concedida à parentes até a 3ª geração).

REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Companhia Iguaçu Café Solúvel, pela conquista do Prêmio "Top Of Mind" Paraná 2000.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi realizada a premiação da 6ª edição da pesquisa Top Of Mind Paraná 2000, onde foram premiadas as marcas mais lembradas pelo público no Estado.

A pesquisa, promovida pela revista Amanhã, em parceria com o Instituto Bonilha, indicou a primeira

marca que o público paranaense lembra em 41 segmentos de produtos, serviços e comunicação.

O levantamento mostra os nomes mais próximos do dia-a-dia do cidadão, resultado de uma construção diária com trabalho e dedicação de empresários e equipes de trabalho.

A terceira marca mais lembrada do Estado do Paraná foi a Companhia Iguaçu Café Solúvel. Para se chegar aos mais lembrados, o Top Of Mind Paraná 2000, o Instituto Bonilha entrevistou 1.200 pessoas em dez regiões do Estado, de todas as classes sociais e com idades entre 18 e 65 anos. Para a premiação de Curitiba, foram ouvidos 300 moradores com a mesma metodologia utilizada na pesquisa estadual.

O Top Of Mind conta com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e é o legítimo reconhecimento da população às marcas a que é fiel.

REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Companhia Cacique de Café Solúvel, pela conquista do Prêmio "Top Of Mind" Paraná 2000.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi realizada a premiação da 6ª edição da pesquisa Top Of Mind Paraná 2000, onde foram premiadas as marcas mais lembradas pelo público no Estado.

A pesquisa, promovida pela revista Amanhã, em parceria com o Instituto Bonilha, indicou a primeira marca que o público paranaense lembra em 41 segmentos de produtos, serviços e comunicação.

O levantamento mostra os nomes mais próximos do dia-a-dia do cidadão, resultado de uma construção diária com trabalho e dedicação de empresários e equipes de trabalho.

A segunda marca mais lembrada do Estado do Paraná foi a Companhia Cacique de Café Solúvel. Para se chegar aos mais lembrados, o Top Of Mind Paraná 2000, o Instituto Bonilha entrevistou 1.200 pessoas em dez regiões do Estado, de todas as classes sociais e com idades entre 18 e 65 anos. Para a premiação de Curitiba, foram ouvidos 300 moradores com a mesma metodologia utilizada na pesquisa estadual.

O Top Of Mind conta com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e é o legítimo reconhecimento da população às marcas a que é fiel.

REQUERIMENTO Nº 1982

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à

Cooperativa Agrária Campomourãoense, Coamo, pela conquista do Prêmio “Top Of Mind” Paraná 2000.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi realizada a premiação da 6ª edição da pesquisa Top Of Mind Paraná 2000, onde foram premiadas as marcas mais lembradas pelo público no Estado.

A pesquisa, promovida pela revista Amanhã, em parceria com o Instituto Bonilha, indicou a primeira marca que o público paranaense lembra em 41 segmentos de produtos, serviços e comunicação.

O levantamento mostra os nomes mais próximos do dia-a-dia do cidadão, resultado de uma construção diária com trabalho e dedicação de empresários e equipes de trabalho.

A quarta marca mais lembrada do Estado do Paraná foi a Coamo, Cooperativa agrária Campomourãoense. Para se chegar aos mais lembrados, o Top Of Mind Paraná 2000, o Instituto Bonilha entrevistou 1.200 pessoas em dez regiões do Estado, de todas as classes sociais e com idades entre 18 e 65 anos. Para a premiação de Curitiba, foram ouvidos 300 moradores com a mesma metodologia utilizada na pesquisa estadual.

O Top Of Mind conta com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e é o legítimo reconhecimento da população às marcas a que é fiel.

REQUERIMENTO Nº 1986

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao piloto paranaense Nilton Rossoni, de campo Largo, pela conquista do prêmio Barber Dodge Pró-Séries, nos Estados Unidos.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O piloto paranaense Nilton Rossoni, de 19 anos, conquistou dia 08 de outubro, nos Estados Unidos, o título da Barber Dodge Pró-Séries, uma das mais importantes categorias de acesso à Fórmula Indy Lights e Fórmula Kart.

A prova foi disputada no circuito misto de Homestead, na Flórida, e Rossoni chegou à mais importante conquista de sua carreira após vencer 6 provas durante um ano e acumular, após as 12 etapas do certame, um total de 178 pontos. Na prova final, o seu mais direto adversário à conquista, o norte-americano Jon Foagarty, terminou a prova em 4 e é o vice-campeão da temporada.

Rossoni chegou ao título máximo da Barber Dodge Pró-Séries depois de cumprir uma prova de muita competitividade. Esta é uma das principais categorias de acesso a Indy Lights e, por consequência, à Fórmula Kart. A conquista de Nilton Rossoni na categoria fez dele um dos recordistas da categoria de acesso dos Estados

Unidos, criada em 1986. Rossoni é o segundo em toda a história da categoria em número de vitórias, somando 10 e ele só perde para as 11 vitórias de Rob Wilson, o campeão de 1990.

Nilton Rossoni nasceu em Curitiba, em 22 de abril de 1981 e mesmo sem ter qualquer envolvimento de sua família com corridas de automóveis, desde pequeno interessou-se por este esporte a, aos 9 anos teve o seu primeiro contato com o Kartismo e já no ano seguinte, conquistou seu primeiro título. A experiência de sucesso teve continuidade em 1992, quando Rossoni tornou-se bicampeão na categoria Júnior no campeonato Curitibano de Kart. O ano marcou também sua estréia no Campeonato Brasileiro de Kart, com a 5ª colocação na disputa realizada em Florianópolis, Santa Catarina.

Em 1993, Rossoni participou pela primeira vez do Campeonato Paulista de Kart, o mais competitivo do Brasil e que revelou para o mundo do automobilismo pilotos como Emerson Fittipaldi, Ayrton Senna, Rubens Barrichello, Christian Fittipaldi, Pedro Paulo Diniz, entre outros. De lá para cá, foi uma caminhada plena de vitórias, todas importantes, que elevaram o nome do Paraná e fora do País.

Nesta temporada de 2000, Rossoni chega ao título depois de 6 vitórias, sempre acompanhado de seu orientador técnico, o ex-piloto e engenheiro Plácio Iglésias. O próximo objetivo (2001) é a Indy Lights norte-americana, que, com certeza, diante do currículo de vitórias do paranaense, não será difícil.

REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje votos de congratulações ao diretor do Jornal Impakto Penitenciário, representada na pessoa do seu diretor, Juarez Nicolino de Assis.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Fundado em julho de 1998 com tiragem inicial de 2000 (dois mil) exemplares direcionados exclusivamente à comunidade prisional, que seja, funcionários das cadeias públicas e presídios ou familiares de apenados, sendo também distribuídos em órgãos públicos atendendo no início a Capital do Estado e região metropolitana.

Consta atualmente com uma tiragem de 5000 (cinco mil) exemplares sendo distribuído em todo o Estado do Paraná e oeste paulista, aperfeiçoando cada vez mais o atendimento através de endereço na internet: www.impactopenitenciario.com.br, e e-mail: jornal@impactopenitenciario.com.br.

O Jornal Impakto Penitenciário de propriedade do senhor Juarez Nicolino de Assis, fundado em 1987 com o objetivo exclusivo de criar mecanismos como o Jornal Impakto Penitenciário que de forma consciente e crítica

busca junto a comunidade carcerária, o governo dos estados e os poderes constituídos, alternativas que venham solucionar problemas carcerários.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência e repassada aos funcionários do Jornal Impakto Penitenciário, através do diretor Juarez Nicolino de Assis, diretor do Jornal Impakto Penitenciário, Rua Monsenhor Celso, nº 211, Sala 906, 9º andar, CEP 80010-920.

REQUERIMENTO Nº 1989

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Munhoz de Mello pela passagem, no próximo dia 03/11, do seu 44º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Celso Búbula Silva, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor José Gomes, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Piên.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data de 03 de novembro o município de Munhoz de Mello estará comemorando seus 44 anos de emancipação politicamente organizada, e, temos certeza, será comemorado festivamente.

Com esta proposição, uma vez mais queremos prestar nossa homenagem a toda a população trabalhadora que continua dando sua eficiente colaboração em prol da grandeza do seu município.

Não podemos esquecer também de homenagear seus administradores de todos os tempos pelo muito que fizeram pelo constante progresso do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, formula votos de muita prosperidade para o município desejando que continue produzindo frutos almejados para galardão de seus administradores e felicidade de toda a população.

REQUERIMENTO Nº 1991

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, um voto de congratulações à nova diretoria da Associação das Mulheres de Negócios de Curitiba, eleita para a Gestão 2000/2002, que nesse biênio terá à frente de seus trabalhos, a presidência da senhora Maria Inês Pierin Borges da Silveira. À nova diretoria nossos sin-

ceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações junto a essa importante BPW. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os cumprimentos.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1992

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Anselmo Milan e Oralina Milan, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1997

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação dos ex-Alunos da Universidade Federal do Paraná - UFPR, alusivos a reeleição do presidente Afonso Antoniuk, que ocorreu no último dia 24 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente reeleito, através de correspondência a se encaminhada à Rua Bom Jesus, 820, Cabral, CEP 80.035-010, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1998

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a "Associação dos Amigos" - município de Balsa Nova-Paraná, alusivos a inauguração de sua sede social, que ocorreu no último dia 21 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente senhor Wenceslau Borek, através de correspondência a ser encaminhada a Rodovia do Café, Km 23, Chácara Bonita, CEP 83650-000, Balsa Nova-Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1999

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao doutor Ailton Santos da Silva, alusivos a sua posse como delegado federal do Ministério da Agricultura no Paraná, ocorrido no último dia 05 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua José Veríssimo, 420, CEP 82820-000, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2000

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas, alusivos a comemoração dos seus 40 anos de fundação, ocorrido no último dia 21 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente Engenheiro Gilberto Piva, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Presidente Getúlio Vargas, 4250, CEP 80240-041, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2001

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao senhor Harley Clovis Stocchero, pela eleição como novo integrante da Academia Paranaense de Letras.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Academia Paranaense de Letras, desde a última terça-feira tem dois novos integrantes.

Um deles, senhor Harley Clovis Stocchero, é poeta e ex-presidente do Centro de Letras do Paraná. Foi eleito em sessão especial realizada em Curitiba, que, na ocasião, preencheu as cadeiras nºs 6 e 21.

REQUERIMENTO Nº 2003

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao senhor Albino de Brito Freire, pela eleição como novo integrante da Academia Paranaense de Letras.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Academia Paranaense de Letras, desde a última terça-feira tem dois novos integrantes.

Um deles, senhor Albino de Brito Freire, é filólogo e magistrado aposentado. Foi eleito em Sessão especial realizada em Curitiba, que, na ocasião, preencheu as cadeiras nº 6 e 21.

REQUERIMENTO Nº 2002

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Creche Ana Messias, de Curitiba, pela comemoração de seus 50 anos.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Creche Ana Messias, localizada em Curitiba, está comemorando 50 anos de trabalho filantrópico. A Creche é a primeira de que se tem notícia no Estado do Paraná e serviu de modelo para outras instituições do gênero.

Mantida pela Associação Feminina de proteção à Maternidade e à Infância (que comemorou 86 anos de fundação), Creche Ana Messias foi fundada em 1950 pela esposa de Vitor Ferreira do Amaral, senhora Ana Messias Pacheco Ferreira (conhecida como tia Paula e falecida em 1966).

A Creche começou com dois berçários para atender 50 crianças, e depois de passar por várias reformas atende hoje 300 crianças de 2 meses a 6 anos e 11 meses de idade. além dos berçários funcionam atualmente nove turmas pré-escolares (Jardins I, II, e III).

A Creche Ana Messias é um exemplo de dedicação e trabalho em prol daqueles que do local necessitam.

REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, pela comemoração do Dia da FAB e Dia do Aviador.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Na data de 23 de outubro comemora-se o Dia do Aviador e Dia da FAB (Força Aérea Brasileira). Nesta mesma data comemora-se o primeiro vôo do brasileiro Alberto Santos Dumont, com o 14-Bis, em 1906, ocasião em que conquistou o prêmio Deutch, na França.

O Cindacta, como órgão responsável pelo tráfego aéreo no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, e parte de São Paulo e Goiás não deixa de comemorar a importante data.

O dia 23 de outubro, lembrado com muito orgulho pelos brasileiros, é dedicado àqueles que muito honram o país com a sua dedicação e trabalho na Força Aérea Brasileira, um trabalho da defesa do nosso país.

Atualmente, o Cindacta conta, somente na sua sede, com 1000 homens e, no total (destacamento, estações de radares e transmissão) são 2000 homens.

REQUERIMENTO Nº 2005

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Copel, pelos seus 46 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Copel - Companhia Paranaense de Energia completará amanhã (26.10.2000) seus 46 anos de fundação.

Criada no ano de 1954, através do Decreto-Lei nº 4.947, para atender aos paranaenses no fornecimento de energia elétrica, a empresa agora atua também nos segmentos de telecomunicações e de tecnologia da informação, além de participar em empresas de saneamento.

No mercado de energia - em que atua na distribuição, transmissão e geração - a Copel é hoje considerada modelo no País e, de acordo com o levantamento da Fundação Getúlio Vargas, está entre as 500 maiores empresas do País. Recentemente recebeu o Prêmio "Top of Mind 2000" como uma das marcas mais lembradas do Estado.

Para manter-se competitiva no mercado, a companhia tornou-se pioneira em várias frentes de pesquisa - na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) o registro de licença nº 0001 para ser comercializadora de energia é da Tradener Ltda (uma subsidiária da Copel) o que demonstra que a Copel saiu na frente como mediadora entre as empresas produtoras e consumidoras de energia elétrica. A Tradener tem hoje cerca de 50 clientes.

Da mesma forma, a Copel mantém o pioneirismo de ser a primeira empresa brasileira de energia elétrica a atuar no país fora de sua base. Atualmente a Copel vende energia para as empresas paulistas Volkswagen - de Taubaté e Carbocloro - de Cubatão. No Paraná, a primeira empresa a ser considerada consumidora livre, a Masisa S/A também compra energia da Copel.

Para se manter sempre na frente, a Copel investiu nos últimos anos em outros segmentos de geração de energia. A mais conhecida é a Compagás, da qual detém 51% das ações. A Companhia tem ainda participação, embora minoritária, na Usina Elétrica a gás de Araucária e na Usina Eólica de Palmas, projeto piloto que está em funcionamento desde janeiro de 1999. Além destes projetos, a empresa paranaense participa ainda da construção das usinas hidrelétricas de Machadinho - no Rio Pelotas/RS, de Campos Novos-Rio Canoas/SC, Dona Francisca-Rio Jacuí/RS e Dois Saltos. Estão em estudos a construção de diversas usinas hidrelétricas no Estado do Paraná.

Além disso, a Copel se preocupa com o meio ambiente - a Companhia é consultora ambiental da ONU para programas de meio ambiente na área de aproveitamento hidroelétrico - resultado de seu trabalho há 30 anos na área, já que utiliza a água como fonte geradora de sua riqueza. Mesmo antes da legislação ambiental exigir estudos de impactos ambientais para a autorização da construção de obras, a Copel já fazia este tipo de estudos.

A Copel atua ainda na recuperação de áreas degradadas, ações e pesquisas florestais, redes compactas, estudos ictiológicos, manejo integrado, reserva biológica e educação ambiental. A Empresa mantém ainda o Museu Ecológico do Iguaçu e o Parque Ambiental de União da Vitória.

REQUERIMENTO Nº 2006

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Curiúva, pela comemoração de seus 53 anos.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Curiúva está comemorando seus 53 anos de fundação.

Criado em 10 de outubro e instalado em 26 de outubro de 1947, no governo de Moisés Lupion, teve como seu primeiro prefeito municipal o senhor Luiz Lemos.

O termo Curiúva origina-se do Tupi-Guarani e denomina uma variedade de pinheiro, que existia fartamente na região, na época da colonização do município.

Originou-se do município vizinho de São Gerônimo da Serra e faz limites com: Figueira, Ibaiti, Ortigueira, Sapopema, Telêmaco Borba e Ventania e possui uma extensão territorial de aproximadamente 571 Km2, tendo como seu padroeiro o Divino Espírito Santo.

De sua fundação para cá, Curiúva cresceu e transformou-se em cidade próspera, fruto de seu povo trabalhador. Os curiuvenses não medem esforços para ver sua cidade crescer e avançar, progredindo sempre.

REQUERIMENTO Nº 2007

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao Clube de Canoagem de Cascavel pela conquista no domingo, dia 15 de outubro do corrente ano, do seu segundo Título Brasileiro de Canoagem de Velocidade.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o senhor Alexandre Galvão Bueno, presidente do Clube de Canoagem de Cascavel, na Rua Rafael Piccoli, 44, Cascavel, Paraná, CEP 85808-810, bairro Região do Lago.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Canoagem de Cascavel comemorou no último domingo, dia 15 de outubro do corrente ano, a conquista do seu segundo Título Brasileiro de Canoagem de Velocidade, superando equipes tradicionais como a Cepeusp e atletas olímpicos, como Sebastian Cuatrin, Carlos Guto Campos e Roger Caumo, do Vasco da Gama.

As 13 medalhas de ouro, 26 de prata e 22 de bronze conquistadas pelos canoístas cascavelenses renderam 602 pontos ao clube, 84 a mais que a Cepeusp, equipe que terminou na segunda colocação.

O Vasco da Gama, que trouxe sua equipe olímpica, tendo como principais atletas Sebastian Cuatrin, Roger Caumo e Carlos Guto Campos e outras atletas da seleção brasileira, ficou com a terceira colocação, com 254 pontos, ou seja, 348 atrás da equipe cascavelense.

Uma das vitórias mais comemoradas de Cascavel foi na final dos 200 metros do K-1 sênior. Denis Ferreira chegou a frente de ninguém menos que Carlos Campos, o Guto parceiro de Cuatrin na Olimpíada de Sydney. Mario Sérgio, outro remador de Cascavel, ficou em terceiro nesta prova, praticamente lado a lado com Guto. Juliano Crai foi o destaque cascavelense, com duas medalhas de ouro conquistadas na categoria K-1 cadete, nas provas de 100 e 500 metros

O cascavelense Fábio Demarchi, que compete pela equipe do Vasco da Gama, foi o vencedor de duas provas e o atleta olímpico Sebastian Cuatrin, confirmou seu favoritismo, vencendo as cinco provas que disputou.

Os resultados tiveram ainda o município de Santa Helena na quarta colocação geral. A equipe baiana de Acare ficou em quinto, e Ribeirão Preto em sexto. O clube Apicano, outra equipe baiana, ficou na sétima posição.

É preciso ressaltar ainda a competência e arrojo do Clube de Canoagem de Cascavel que obtém excelentes resultados mesmo com o pouco apoio recebido por parte dos poderes público e das empresas privadas.

Desta forma, gostaria de parabenizar todos os atletas do Clube de Canoagem de Cascavel, em nome do seu

presidente, senhor Alexandre Galvão Bueno, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2010

Senhor Presidente.

O deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em ata deste Poder Legislativo votos de congratulações e aplausos ao senhor Gilberto Piva, atual presidente da Associação de Empresários de Obras Públicas.

Esta iniciativa altamente meritória, deve-se ao fato das comemorações pela passagem dos 40 anos de sua fundação.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa de Leis seja levada para o conhecimento da presidência da referida entidade, bem como de toda sua diretoria.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1966

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos à agricultora Sandra Mara Ribas Machado dos Santos, que em 15 de outubro próximo passado, recebeu o prêmio à Criatividade Rural, entregue pela Organização das Nações Unidas (ONU), no auditório da sede da Empresa Paranaense da Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), em Curitiba.

É a primeira brasileira a receber tal título e muito orgulho traz ao nosso Estado, por tratar-se de uma paranaense e que desenvolve seu projeto para a melhoria da produção agrícola e das condições de trabalho no campo, na Chácara Recanto Nativo, no município de Campo Magro. Consiste seu projeto na plantação de alimentos orgânicos, sem a adoção de agrotóxicos e de produtos que trazem risco à saúde da população. A atividade inclui principalmente a plantação de tomate orgânico, iniciada há oito anos e, atualmente, são cultivados 27 itens. Além disso, ela também realiza em sua propriedade treinamentos para a qualificação de pessoas para o trabalho em lavouras orgânicas.

Outros projeto que pretende realizar é a construção de uma usina de leite, que com certeza, benefícios trará para a comunidade. Pelo excelente trabalho que vem realizando em prol da saúde da população, entendemos ser meritório essa homenagem à agricultora Sandra Mara, extensiva aos demais Pares desta colenda Casa de Leis. Sentimos-nos orgulhosos e felizes pela justa premiação recebida e ao mesmo tempo, desejamos-lhes muito sucesso.

Nossos melhores cumprimentos, em nome de toda a comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, pela conquista do prêmio "Top of Mind" Paraná 2000.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi realizada a premiação da 6ª edição da pesquisa Top of Mind Paraná 2000, onde firam premiadas as marcas mais lembradas pelo público do Estado.

A pesquisa, promovida pela revista Amanhã, em parceria com o Instituto Bonilha, indicou a primeira marca que o público paranaense lembra em 41 segmentos de produtos, serviços e comunicação.

O levantamento mostra os nomes mais próximos do dia-a-dia do cidadão, resultado de uma construção diária com trabalho e dedicação de empresários e equipes de trabalhos.

Uma das marcas vencedoras, foi a Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Para se chegar aos mais lembrados, o Top of Mind Paraná 2000, o Instituto Bonilha entrevistou 1.200 pessoas em dez regiões do Estado, de todas as classes sociais e com idades entre 18 a 65 anos. Para a premiação de Curitiba, foram ouvidos 300 moradores, com a mesma metodologia utilizada na pesquisa estadual.

O Top of Mind conta com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e é o legítimo reconhecimento da população às marcas a que é fiel.

REQUERIMENTO Nº 1984

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor à TV Paranaense - Canal 12, pela conquista do prêmio "Top of Mind" - Segmento Comunicação - Categoria Programa (Programa Paraná TV).

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi realizada a premiação da 6ª edição da pesquisa To of Mind Paraná 2000, onde foram premiadas as marcas mais lembradas pelo público no Estado.

A pesquisa, promovida pela revista Amanhã, em parceria com o Instituto Bonilha, indicou a primeira marca que o público paranaense lembra em 41 segmentos de produtos, serviços e comunicação.

O levantamento mostra os nomes mais próximos do dia-a-dia do cidadão, resultado de uma construção diária com trabalho e dedicação de empresários e equipes de trabalho.

No segmento Comunicação - Categoria Programa da TV Paranaense Canal 12, o Programa Paraná TV obteve a premiação vencedora. Para se chegar aos mais lembrados, o Top of Mind Paraná 2000, o Instituto Bonilha entrevistou 1.200 pessoas em dez regiões do Estado, de todas as classes sociais e com idades entre 18 e 65 anos. Para a premiação de Curitiba, foram ouvidos 300 moradores, com a mesma metodologia utilizada na pesquisa estadual.

O Top of Mind conta com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e é o legítimo reconhecimento da população às marcas a que é fiel.

REQUERIMENTO Nº 1985

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor Jornal Gazeta do Povo, pela conquista do prêmio "Top of Mind" - Segmento Comunicação - Categoria Jornal.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi realizada a premiação da 6ª edição da pesquisa Top of Mind Paraná 2000, onde foram premiadas as marcas mais lembradas pelo público no Estado.

A pesquisa, promovida pela Revista Amanhã, em parceria com o Instituto Bonilha, indicou a primeira marca que o público paranaense lembra em 41 segmentos de produtos, serviços e comunicação.

O levantamento mostra os nomes mais próximos do dia-a-dia do cidadão, resultado de uma construção diária com trabalho e dedicação de empresários e equipes de trabalho.

No segmento Comunicação - Categoria Jornal, a Gazeta do Povo foi o vencedor. Para se chegar aos mais lembrados, o Top of Mind Paraná 2000, o Instituto Bonilha entrevistou 1.200 pessoas em dez regiões do Estado, de todas as classes sociais e com idades entre 18 e 65 anos. Para a premiação de Curitiba, foram ouvidos 300 moradores, com a mesma metodologia utilizada na pesquisa estadual.

O Top of Mind conta com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e é o legítimo reconhecimento da população às marcas a que é fiel.

REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais. Requer após ouvido o douto Plenário que sejam contemplados com viaturas novas os municípios do litoral do Paraná e região metropolitana de

Curitiba, com recursos provenientes do Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, em 25.10.2.000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Os municípios acima citados estão com seus veículos, alguns em estados sucateados, outros praticamente imobilizados. Faz-se necessário novos veículos para atender à demanda, garantindo a segurança da população. Se faz urgente o repasse das viaturas para estes municípios. Os recursos para este fim poderiam ser deslocados do Ministério da Justiça para esta finalidade específica.

REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após, ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de Pedido de Informações ao secretário de Estado da Fazenda, Excelentíssimo senhor Giovanni Gionédis, solicitando que forneça cópia dos contratos celebrados com a Bolsa de Valores do Estado do Paraná para leiloar o Banestado, no dia 17 de outubro próximo passado.

Nestes termos pede deferimento, conforme os Artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, WALDYR PUGLIESI e LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 1977

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após, ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de Pedido de Informações ao secretário de Estado da Fazenda, Excelentíssimo senhor Giovanni Gionedes, solicitando que informações sobre o valor pago ao leiloeiro do Banestado no leilão realizado no dia 17 de outubro próximo passado, bem como sobre os procedimentos adotados para sua escolha.

Nestes termos pede deferimento, conforme os Artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, WALDYR PUGLIESI e LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após, ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de Pedido de Informações ao secretário de Estado da Fazenda, Excelentíssimo senhor Giovanni Gionedes, solicitando que forneça cópia dos contratos celebrados com as instituições que foram responsáveis pela avaliação patrimonial

e definição do preço mínimo para o leilão do Banestado, realizado no dia 17 de outubro próximo passado.

Nestes termos pede deferimento, conforme os Artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, WALDYR PUGLIESI e LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 2009

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após, ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de Pedido de Informações ao secretário de Estado da Fazenda, Excelentíssimo senhor Giovanni Gionedes, solicitando que forneça cópia dos contratos firmados entre o governo estadual, governo federal, quando deu-se o adiantamento dos royalties da Hidrelétrica de Itaipu.

Nestes termos pede deferimento, conforme os Artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK, NEREU MOURA, JOSÉ MARIA FERREIRA, WALDYR PUGLIESI, HERMES FONSECA, ANTONIO ANNIBELLI, ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA e EDGAR BUENO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 340/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A administração pública, em todos os níveis, fica obrigada a exigir dos aprovados em concurso público, a sua declaração de renda de bens, por ocasião de sua nomeação.

Art. 2º O não cumprimento da providência acarretará a suspensão da nomeação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.2.000

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem por objetivo resguardar a administração pública de enriquecimento ilícito.

É crescente a improbidade administrativa em todos os níveis.

De posse da declaração de renda e bens do concursado, o poder público terá maiores e melhores condições de avaliar qualquer aumento de patrimônio de seus funcionários, se lícito ou ilícito.

Trata-se de problema que produz reflexos negativos a sociedade, que o presente projeto visa coibir.

Por estas razões, esperamos e contamos com o apoio dos nobres deputados para aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 341/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurado o transporte gratuito para pessoas carentes nas linhas rodoviárias intermunicipais, em ônibus convencional, no âmbito do Estado do Paraná, quando estiverem em trânsito para tratamento de saúde.

Parágrafo Único - Somente serão beneficiadas por esta lei, pessoas que obtiverem encaminhamento específico através de laudos médicos e social do município aonde reside o beneficiado, comprovando através do primeiro a necessidade de tratamento médico, e do segundo, a necessidade do benefício.

Art. 2º - As empresas concessionárias, de que trata esta lei, reservarão uma quota mensal, de no mínimo 5% (cinco por cento) do volume total de passagens disponibilizadas para comercialização, para atender aos carentes que preencham os quesitos estabelecidos no artigo anterior, garantindo passagem de ida e volta aos beneficiados.

Art. 3º - As empresas concessionárias de transporte coletivo rodoviário intermunicipal encaminharão à C.C.P. - Coordenadoria de Concessões e Pedágio da Secretaria de Estado dos Transportes, obrigatoriamente até o dia 10 de cada mês subsequente, relatório circunstanciado contendo nome, identificação e endereço completo dos carentes atendidos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Muitas pessoas, portadoras de deficiência, idosas, adoentadas, necessitam de tratamento médico e precisam se deslocar para os grandes centros em busca do serviço médico especializado, dependendo sempre de donativos, ações caridosas e assistências.

O objetivo do presente projeto de lei é viabilizar o transporte gratuito para pessoas carentes que efetivamente dependam de serviço médico especializado, disponível somente nos grandes centros, como hospitais universitários, centros médicos especializados, grandes clínicas públicas, etc.

As empresas concessionárias de linhas rodoviárias intermunicipais prestarão relevante serviço social à comunidade quando da execução da lei que trata este projeto. Há que se registrar a preocupação com a criação de

uma norma exequível, como esta, que reserva apenas 5% (cinco por cento) do total de passagens disponibilizadas para comercialização pela empresa.

Quanto a abrangência da norma que se pretende estabelecer, destaca-se o cuidado em atender com esse benefício apenas àquelas pessoas que efetivamente comprovarem através de laudo médico a necessidade do tratamento especializado e ainda atestado de que somente em outro Centro Urbano se encontra o mesmo; e mais, através do laudo social, o serviço de assistência social, do município de embarque, deverá certificar que a pessoa é de fato carente e se faz merecedora imprescindível do benefício para viabilizar o referido tratamento.

Pondere-se ainda que o presente projeto de lei pretende prestigiar um contingente não tão expressivo em relação à população que utiliza o transporte coletivo rodoviário intermunicipal, aproveitando-se passagens não comercializadas. Portanto, não representa sobrecarga de custos às Empresas Concessionárias das linhas no Estado do Paraná, contribuindo significativamente com tantos necessitados que precisam desta contribuição social, que será fiscalizada pela C.C.P. - Coordenadoria de Concessões e Pedágio da Secretaria de Estado dos Transportes.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres pares para aprovação desta importante contribuição social, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 342/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Eventos Sociais e Religiosos de Marialva - Cesorema.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições que contrariem a presente lei.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Eventos Sociais e Religiosos de Marialva - Cesorema, com sede administrativa à Rua Maria L. Bhuer, 314, no Jardim Regência e foro na cidade de Marialva, Estado do Paraná, "é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter representativo, reivindicatório e Utilidade Pública, beneficente, educativo, visando a solução do bairro e contribuindo para a promoção de pessoas humanas" (art. 1º dos Estatutos).

Entre as múltiplas finalidades da entidade, está:

- “Manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos e particulares”;

- “Manter creches, orfanatos, lares ou asilos para pessoas idosas, com lazer, proteção ao meio ambiente; manter tradições culturais, folclóricas, sem distinção de raça, cor, sexo e religião, sempre em benefício dos moradores dos bairros afim de obter a elevação de qualidade de vida dos mesmos”. (Art. 3º, alíneas d, g dos Estatutos)

São condições de funcionamento do Cesorema “a observância das leis vigentes” e a gratuidade no exercício dos cargos eletivos” (Art. 4º dos Estatutos).

“Extinta a entidade, de acordo com os seus estatutos sociais, o seu patrimônio social será doado a entidades congêneres ou semelhantes deste município, para ser aplicado nas mesmas finalidades”. (Art. 67 dos Estatutos).

PROJETO DE LEI Nº 343/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a assegurar aos idosos o pagamento da meia-entrada referente ao valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversão, de espetáculos teatrais, musicais, circenses, em casas de exibição cinematográfica, parques, estádios, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer do Estado do Paraná.

§ 1º - Para efeito desta lei, consideram-se casas de diversão, como previsto no *caput* deste artigo, os locais que, por suas atividades, propiciem lazer e entretenimento.

§ 2º - Considera-se idoso, para efeito desta lei, a pessoa com mais de sessenta anos de idade.

Art. 2º - A meia-entrada corresponde a cinquenta por cento (50%) do valor do ingresso cobrado, sem restrição da data e horário.

§ 1º - Caso os promotores dos espetáculos ofereçam descontos no preço dos ingressos, os idosos pagarão a metade desse preço.

Art. 3º - O documento hábil para a concessão do benefício constante no art. 1º desta lei será a carteira de identidade expedida pelo órgão competente.

Art. 4º - Caberá ao Poder Executivo, por meio de seus respectivos órgãos de cultura, esporte, turismo, defesa do consumidor e meio ambiente, a fiscalização e o cumprimento desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O artigo 230 da nossa Constituição Federal prescreve que o Estado, em ação conjunta com a família e a sociedade, tem o dever de amparar as pessoas idosas.

Ora, assegurar a dignidade e o bem-estar daqueles que se encontram na etapa derradeira de vida é também, sem dúvida, dar-lhes condições de acesso a todo o tipo de diversão e entretenimento possível.

Esse acesso muitas vezes é negado ao idoso, seja pela dificuldade financeira seja pela dificuldade natural da idade. Esta proposição visa a corrigir essa falha para com aqueles que devotaram grande parte de sua vida em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

(Declina)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhores membros da Mesa Executiva.

Nós, enquanto componentes do bloco de Oposição, recebemos denúncias de que parava na Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná afirmações sérias, comprometedoras da boa aplicação dos recursos públicos em nosso Estado. Conversamos com os companheiros deputados integrantes de Oposição e resolvemos e entendemos por bem convocar ou convidar para vir a esta Casa de Leis o conselheiro corregedor Nestor Batista para que pudesse junto com os senhores deputados, junto com aqueles que se interessarem pelas questões que dizem de perto às finanças de nosso Estado pudéssemos acompanhar e pudéssemos estar cumprindo com aquele papel que entendo ser o papel principal do parlamentar que é do acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

E diante disto a Bancada de Oposição, liderada pelo nosso líder Orlando Pessuti, subscrevemos um ofício convidando o corregedor conselheiro Nestor Batista para que viesse a esta Casa e aqui expusesse aquilo que está dentro da órbita da sua competência na Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Tenho certeza que isto interessa a esta Casa, interessa aos deputados, interessa a sociedade paranaense e isto foi feito e estamos aguardando uma oportunidade para que o Nestor possa estar nesta Casa para que possamos ouvi-lo e também tomar conhecimento daquilo que hoje continua pendente no Tribunal de Contas.

Eu, junto com a Oposição, senhor presidente, conversamos e estamos percebendo que neste período antes das eleições, antes do dia 29 será muito difícil e portanto gostaria da sua aquiescência para marcar um dia que a

Assembléia pudesse dispor e aqui já poderia indicar também o dia 31 que seria uma data boa para especialmente os companheiros de Oposição que possa, eles que assinaram o respectivo ofício, possam estar presentes e consulto esta Presidência a disposição do bloco de Oposição em ouvir o senhor conselheiro corregedor no dia 31 de outubro para que aqui possamos dar cumprimento àquele ato que motivou o requerimento ao Tribunal e que com certeza não foi submetido a este Plenário como gostaríamos, até pela prática da não aprovação dos requerimentos quando tem este contexto.

E diante disto, aqui deixamos registrado o posicionamento do Bloco de Oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados

Venho à tribuna para tratar de um assunto relacionado a uma instituição que é a Polícia Civil e uma corporação que é a Polícia Militar.

Muito embora sendo deputado da Bancada governista, nem sempre o governo é tão governista com a sua Bancada, mas nós, por uma questão de ética, procuramos pautar neste Plenário sempre que possível, desde que o assunto seja de interesse do Estado do Paraná, adotarmos uma posição em favor do governo.

Mas há momentos, senhores parlamentares, que muito embora estando do lado de cá deste Plenário, a gente não pode concordar com determinadas posições tomadas por aqueles que assessoram o governador Jaime Lerner.

Que este meu pronunciamento não sirva para se imaginar uma resistência, uma posição diferente; mas sim uma posição do parlamentar, deputado Algaci Tulio, que muito embora sendo da Bancada governista também tem a sua independência e também tem a sua liberdade, especialmente quando vem tratar de assuntos que lhe dizem muito de perto uma responsabilidade. A minha vida sempre pautada nos meios de comunicação me fizeram ter um estreitamento muito grande na Polícia Civil e na Polícia Militar. Não nego que as minhas eleições sempre tiveram um bom peso dentro dessas instituições. E é por essa razão que eu me sinto na obrigação, tanto eu como o deputado Ricardo Chab, como os deputados ligados aos meios de comunicação, deputado Tiago Amorim, deputado Moysés Leônidas, que tem uma convivência diária com esses servidores estaduais.

E não é possível estarmos vendo tanta situação de desgaste para o governo do Estado. E é uma pena termos que falar aqui da tribuna deputado Valdir Rossoni, líder do Governo, porque não temos a chance de falar com o governador, não nos é permitido essa liberdade de dizer: “governador Jaime Lerner, dá para o senhor ouvir um

pouquinho os deputados da sua Bancada na Assembléia, que talvez querem discutir uma medida que Vossa Excelência vai tomar, uma decisão que vai tomar, ou que não vai tomar, ou que está estudando”.

Poderia hoje aqui desfilar uma série de coisas erradas que se cometeram nesses últimos meses por parte do governo do Estado. E vou citar uma só delas aqui e que vai exigir uma posição desta Casa, como por exemplo tivemos aí as crises do sistema penitenciário, e a crise não é só aqui, está em todo o País, os presidiários se revoltando, e de repente o que é que vimos? Quer dizer, como solução para resolver o problema da revolta dos presos foi primeiro mudar o diretor da Penitenciária, depois mudar o diretor do Depen, por último tirar o Depen da Secretaria da Justiça, que é um erro crasso que o governador comete neste momento. E não poderia fazer isso sem primeiro passar por um projeto de lei nesta Casa, que é o que diz a Constituição Estadual. Fez por decreto, é um erro terrível, eu alertei isso, falei do erro que iria se cometer, mas como nós não temos diálogo, deputado Valdir Rossoni, só resta ficarmos aqui lamentando os erros que se comete no governo do Estado.

A própria CPI Estadual do Narcotráfico, que tem procurado desempenhar com muito sacrifício, com muita dificuldade as suas funções, pede a substituição de todos os cargos de chefia do Instituto Médico Legal porque o chefe maior está sendo acusado de uma série de denúncias.

A CPI pede essas mudanças, o secretário desafia os deputados componentes da CPI, dizem que não vão mudar ninguém - isso é um absurdo. A coisa fica como entendem eles tecnicamente e não como se poderia pensar em resolver politicamente.

Agora, estamos à frente de dois movimentos. O da Polícia Militar, por exemplo, alertamos aqui, que estiveram as mulheres, esposas de militares, desta Casa. Fiz parte de uma Comissão, representei esta Casa, na primeira audiência com o secretário José Tavares. Ficaram de dar uma resposta aos policiais militares, a coisa dificultou, não foi feito como se deveria fazer, resultado: as Assembléias de Londrina e Maringá, aqui, em Curitiba - o governo do Estado adota providências que só o governo e a cúpula ficou sabendo o que foi resolvido e o resto ficamos sabendo pela imprensa. Se desrespeita mais uma vez a Casa, porque afinal de contas este parlamentar esteve lá representando esta Casa. E no dia seguinte que vim aqui nesta tribuna prestar conta daquela reunião esperando os resultados - não fui convocado. Representava naquela reunião, o Líder do governo, deputado Valdir Rossoni.

Consequência de tudo isto: o governador está preparando um estudo - já mandou a esta Casa, esta semana, uma lei que vai atender os anseios das policiais femininas, que já é um avanço. Mas, e o restante? Sabe-se que o Palácio Iguaçu está neste momento trabalhando em cima de algumas projeções, de cálculos, para atender a reivindicação da Polícia Militar.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Algaci Tulio, permite-me um aparte?

(Assentimento)

Gostaria de fazer só uma colocação, com relação àquilo que o senhor falou há pouco do Depen - Departamento Penitenciário.

No meu entender, acho um retrocesso voltarmos o departamento Penitenciário à Secretaria da Segurança Pública e, rapidamente, explico porquê. Porque, talvez, o Paraná será o único Estado no País, onde a própria polícia prende e a própria polícia vai cuidar do preso. E mais, um retrocesso maior, acho que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa deveria fazer um amplo debate, com o segmento organizado da sociedade, para discutir essa determinação do governador, de passar o Depen, para a Secretaria de Segurança Pública.

Nessa semana estamos vivendo um caso atípico - se a sociedade do Paraná não sabe e alguns deputados também - e quero comunicar. A Polícia Militar ao invés de estar nas ruas, dando segurança à sociedade está cuidando dos presídios e das delegacias. É o primeiro passo da mudança do departamento Penitenciário, para a Secretaria de Segurança Pública.

Os recursos da polícia já são poucos. O número de efetivo da polícia já é reduzido. Agora, cabe à Polícia Militar desempenhar um papel, que não lhe cabe constitucionalmente, mas que aqui no Paraná - não sei quem foi que teve essa infeliz idéia sem consultar ninguém, de repente se tomou essa atitude e isso é uma lástima para todos nós

Espero que eles revejam essa posição, porque no dia em que eu soube, através da imprensa, liguei para o líder o governo, Valdir Rossoni, perguntando se ele sabia. Ele disse que não sabia e que soube também, através da imprensa. Todos nós ficamos sabendo através da imprensa, sem que nada fosse discutido.

Lamento profundamente que isso tenha acontecido. Tenho a certeza absoluta, que o Paraná vai passar uma crise profunda, agora, bem breve. Não sou vidente, cartomante, e nem Mãe Dinah. Não sou nada. Apenas vivo a realidade da segurança pública no nosso Estado. É inconcebível se tirar um policial da rua, que dá segurança para todos nós, para se garantir a segurança nos presídios. Inverteram-se os papéis no Paraná, com esse retorno do Depen, do Departamento Penitenciário à Segurança Pública.

Hoje, de manhã, recebi uma ligação, pela manhã, do presidente do Sincapol, do senhor Borenosk. Ele disse que não consegue dialogar com o governo do Estado. Eu na condição de deputado, liguei para a Casa Civil está agendada agora uma reunião, logo mais à tarde, da Polícia Civil com a Casa Civil para estabelecer um diálogo, uma conversação. Então eu não entendo, sinceramente.

E olhe, eles estão acenando inclusive com uma greve que pode fechar as delegacias amanhã em todo o Estado do Paraná, deixar o serviço essencial na Segurança Pública que é o Instituto Médico Legal fechado.

Imaginemos durante 48 horas, o caos que não vira. então eles estão acenando que isso pode acontecer.

Aí o que eu fiz? Liguei para a Casa Civil para agendar um encontro entre eles. Só um detalhe que eu gostaria de deixar claro, neste meu aparte, a Polícia Militar recebeu do governo do Estado a seguinte proposta: que essa reposição viria entre 12 e 16 vezes a partir do mês de fevereiro no salário de cada policial. Eles topam, hoje de manhã, conversei com o líder deles, eles topam sim, eles se mantêm trabalhando, vão manter as suas atividades normalmente, só tem uma coisa, eles querem um referendunho da Assembléia. Eles querem que esta Mensagem do governo venha ser votada aqui, na Assembléia, para que vire Lei porque eles tem medo que o governo não cumpra aquilo que prometeu em Assembléia, exatamente com o objetivo único de segurar a greve. Isso me foi dito hoje por um líder da Polícia Militar.

A Polícia Civil, por sua vez, diz que vai fazer a greve, por quê? Porque ficou com ciúmes. É mesma coisa que nós aqui, acho que todos nós somos pais, nós temos dois filhos, um filho nós contemplamos com uma mesada mensal e para o outro nós não damos nada. Então eles estão sentindo assim, um filho que não recebe nada e outro filho que está recebendo um pouco do Governo;

Então é essa a situação na Segurança Pública e eu gostaria de estabelecer e esta Casa tem a obrigação de discutir isso, com profundidade! Primeiro, esse retrocesso que é a volta do Depem à Segurança Pública. Parabéns pela sua iniciativa de ir à tribuna!

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, deputado Ricardo Chab. Até parece que nós combinamos. É que somos da área e sabemos como é a situação.

Recebi aqui do Sinclapol, exatamente por isso, pela falta de diálogo que o Sinclapol me manda aqui as propostas: “queremos pedir a Vossa Excelência que interceda junto ao Excelentíssimo senhor governador do Estado”, eu não posso mas acho que o Líder do governo pode, “que a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva - o TIDE, tenha tratamento isonômico na Polícia Civil”. Isto é, que seja corrigida a distorção entre aqueles que ganham 100% e aqueles que ganham 50% do benefício. Na verdade o mesmo problema que ocorre na Polícia Militar do Estado do Paraná, é exatamente isso!

Em cima da Polícia Militar, vejam bem os cálculos já levantados do pessoal inativo, chegam aí numa ordem de dois bilhões de reais, e do pessoal ativo chega a cinco milhões e trezentos mil reais. Isto aí dividido em 18 vezes não vai chegar ao contracheque do militar, nada além de R\$18,00 a R\$20,00. Claro que nós sabemos que para o policial R\$18,00 a R\$20,00 pode não significar muito, mas é a maneira de se negociar, e é claro que no bolo do Estado, realmente isso é pesado. Mas, fazendo isso em parcelas, como já fizemos há quatro anos atrás, lembrome quando ainda Líder do governo. Numa época como

essa, fizemos a negociação com a Polícia Militar. Quer dizer, uma questão de bom senso, de diálogo e tudo se resolve.

Outro assunto, evidentemente em cima dessa questão do Depem, recebi uma carta aberta, que deve ter sido encaminhada ao governador do Estado, do advogado Zippin Filho. que me manda, citando todos estes pontos negativos que foi esse retrocesso. É a mesma coisa, se a coisa não está boa aqui na Assembléia, se os deputados não estão agindo como o governador quer, então vamos queimar que a Assembléia e deixar os deputados. Quer dizer, uma coisa totalmente inócua a atitude tomada pelo governador, mal orientado, porque sei que se o governador tivesse ouvido mais pessoas poderia ter tomado uma outra posição, repensado esta posição. Porque isso fere a Constituição, isso desmoraliza essa Casa que precisa receber aqui, senhor presidente, um Projeto de Lei, para aí sim, aprovar ou não, aí vamos discutir o mérito disso. Mas me parece que não é por aí o caminho.

Hoje temos policiais civis já desempenhando duas funções e mais cedo o mais tarde entram eles em ações na Justiça de Trabalho, desvio de funções, porque não é a função do policial civil cuidar de preso, já condenado, a função dele é investigar, não é função do policial militar que agora é tirado, como disse o deputado Ricardo Chab, tirado das ruas que já são poucos para ficar entre 4 muros cuidando de preso já condenado, que também não é a sua função.

Concedo um aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Agradeço, deputado Algaci Tulio, e queria também fazer coro com Vossa Excelência, com o deputado Ricardo Chab e dizer que amanhã eu estou tendo a pedido até dos agentes e dos funcionários da penitenciária de Londrina, um encontro com eles para, por cento, vai me formalizar já que já estou sabendo a indignação desta modificação no Detem, que também concordo com Vossa Excelência acho que não foi uma forma inteligente, o governador deve ter feito por decreto sem ter sido tecnicamente avisado, porque o governador também não está acompanhando, nem tem necessidade de estar a par de todas essas questões que são de interesse inclusive das categorias, mas quero dizer mais a Vossa Excelência, a dificuldade de interlocução com o governo é coisa fora do comum. Estou há quinze dias tentando falar com o deputado José Tavares, que não tem necessidade de se falar pessoalmente, pode-se falar até por telefone, para passar a preocupação com o que está acontecendo em Londrina, exatamente também com os agentes penitenciários, e a gente tem uma dificuldade muito grande até de passar a informação, que é para o bem da comunidade, para o bem do Estado de um modo geral.

Então, acho que o governo precisaria ter uma certa sintonia nesse sentido e fazer valer as informações que a gente tem passado, do descontentamento.

A Polícia Militar que tem sido ao longo de todos esses tempos no Brasil e no Paraná também, respeitada, exatamente por causa da farda e da disciplina, está hoje desviando daquela necessidade que tem de manter com a sua comunidade, cada policial vivendo com a sua comunidade o reconhecimento, conhecendo as pessoas, desviando a sua atividade para cuidar de preso que não é de responsabilidade da Polícia Militar e a sociedade vai pagar por isso, e falo até pelo que vi aqui em Curitiba, pelo que está acontecendo em Londrina.

Então, quero concordar com Vossa Excelência e fazer um apelo aqui, até para não ter que usar a tribuna, nesse aparte que Vossa Excelência me concede, para que o governo tenha o desprendimento sobretudo de ouvir, retirar o detento da Justiça e colocar na Secretaria da Segurança vai ser uma pitada de combustível já nesse fogo, incendiando que está, do descontentamento dessa categoria.

Então, até me comprometo na segunda-feira trazer para cá o que é que tive de encontro com a categoria, que me convocou, que me pediu e tenho certeza até porque já tenho as informações, pelo que Vossa Excelência está trazendo, eles vão fazer a mesma reivindicação. Agora, conselho diz que se fosse bom ninguém dava de graça. Acho que o governo deveria ter a responsabilidade de pelo menos ouvir o que Vossa Excelência está trazendo aqui, do que nós estamos falando, porque o descontentamento funcional e salarial é grande, ainda mais a hora que a própria sociedade ficar desguarnecida com a Polícia Militar se desviando das suas funções.

Então, parabéns a Vossa Excelência e quero na próxima semana trazer subsídios a mais para poder concretizar o que Vossa Excelência está trazendo aqui numa boa hora.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado ao aparte do deputado Moysés Leônidas, que contribui para esse debate. Pode parecer assim, uma situação dessa não precisa oposição, mas não se trata de fazer oposição, trata-se de alertar enquanto é tempo. Já é tarde, infelizmente, volto a repetir, não temos essa oportunidade, é difícil falar com os secretários, imagina falar com o governador do Estado, é muito difícil, então esperamos que o que está acontecendo aí sirva de alerta em todos os sentidos, sirva de alerta ao governador e que esta Casa realmente possa reproduzir para fora das quatro paredes porque tudo que se fala fica praticamente restrito a essas quatro paredes. Que nós façamos chegar ao comando da Polícia Militar, aos que estão fazendo a frente das reivindicações da Polícia Militar, da Polícia Civil, de que esta Casa se compromete sim, a partir do momento que para cá for encaminhada a mensagem governamental, ela vai votar e vai atender as reivindicações, não vai colocar nenhum obstáculo porque é dever e obrigação nossa, que volta e meia estamos

gritando por mais segurança, volta e meia estamos telefonando para o delegado, para o policial militar, para o comandante de batalhão: olha tem que dar uma força maior naquele local, quer dizer, nós reivindicamos e nós às vezes não damos essa contrapartida.

Então, por isso, presidente, esse meu posicionamento aqui é realmente em solidariedade à Polícia Militar, à Polícia Civil e é um alerta ao governador do Estado, que ouça mais aqueles que estão vivenciando o dia a dia e têm todo o dia, uma caixa de ressonância de tanta reclamação, de tanta denúncia mas que não pode fazer passar, além dessas quatro paredes. Que a gente possa, na pessoa do nosso ilustre líder do governo, deputado Rossoni, fazer chegar essas palavras minhas, do deputado Moisés, do deputado Ricardo e eu tenho certeza que todos gostariam de falar do mesmo assunto e repetir tudo o que estamos repetindo aqui.

É um alerta que se faz, presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana, do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Pela oportunidade do assunto, embora estejamos em pleno momento eleitoral, não se pode deixar de comentar nesta Assembléia no dia de hoje, até como reforço a tantos e tantos pronunciamentos feitos durante tantas e tantas Sessões, pelos companheiros de Oposição, esta liminar concedida num Agravo de Instrumento pelo desembargador Otávio Valeixo da decisão do leilão do Banco do Estado do Paraná.

De onde veio esse Agravo, senhor presidente, senhores parlamentares? Retirado de uma Ação Popular impetrada pelo senador Álvaro Dias, Roberto Requião e Osmar Dias, contra o Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Concordata de Curitiba, que indeferiu a liminar pleiteada então para sustentar o leilão do Banco do Estado do Paraná.

Não satisfeitos com a negativa da liminar, os autores entraram com o Agravo e deste Agravo houve a sentença do desembargador citado em que são interessantíssimas algumas avaliações que, seguramente, não se esgotarão num pronunciamento de dez minutos. Eu diria, começando, que a negativa proferida pelo juiz na Ação Liminar de Sustentação do leilão, usou, segundo palavras do desembargador Valeixo, colocações feitas relativas ao leilão do Banco do Estado de São Paulo e olhem o que diz o desembargador Otávio Valeixo:

“Aduzem ainda ao registro, no mínimo, surpreendente, já que, com a devida vênia, não cabe à autoridade judiciária, em decisão judicial, ainda que através de citação, fazer as vezes de defensora do processo de desestatização levada a efeito pelo governo federal e muito menos na atual política econômica brasileira, do fortalec-

imento das finanças públicas e da modernização do Estado.”

Ora, diz o desembargador, prezadíssimos companheiros, que o juiz ao negar, passa a defender o interesse do Banco comprador e não dos milhares e milhares de paranaenses cotistas e acionistas que detêm o Banco do Estado do Paraná. Faz citações impressionantes a serem avaliadas e levadas em conta por este Plenário, porque ratificam as acusações feitas muitas e muitas vezes na tribuna. Vejam os senhores, “o preço mínimo fixado em avaliação absolutamente vil, e, propositadamente, bastante distanciado da realidade. “Avaliação vil.” A avaliação promovida pelo Banco Fator - cuja metodologia já foi publicamente reprovada pelo próprio Banco Central do Brasil, visou muito mais os próprios interesses financeiros do avaliador do que o interesse público. Posto que, como é sabido, a remuneração da empresa estava diretamente atrelada ao ágio conseguido no pregão.”

Deputado Waldyr Pugliesi: do valor de preço mínimo estabelecido pelo ágio auferido, a empresa que fez a avaliação ganharia uma comissão. Então pergunto: se fosse vender esses óculos que eventualmente fossem uma raridade e eles valessem 10 bilhões de reais. Vou contratar uma firma para fazer a avaliação desse óculos e essa firma, além de receber um valor fixo, vai receber ainda uma comissão sobre o ágio ao valor fixo. Bom, essa firma ia dizer que esse óculos aqui valem 400 e 20 e poucos mil reais. Por quê? Porque se eles forem vendidos por 5 bilhões, ela vai ganhar o valor ajustado para fazer o levantamento e mais x% sobre o valor do ágio. Portanto importa totalmente para o avaliador fixar um preço vil, abaixo do preço verdadeiro, para poder se locupletar com um lucro a mais exatamente pelo ágio auferido.

Poderiam dizer os senhores: Não, mas isso não é verdade. Está aqui escrito, senhor presidente e senhores parlamentares, está aqui escrito no contrato de prestação de serviço que entre si fazem o Estado do Paraná, pela Secretaria da Fazenda do Estado e o Consórcio liderado pelo Banco Fator S.A.

Cláusula 07, trecho: “Hum milhão de reais.” Este é o preço para fazer todo esse trabalho de avaliação do patrimônio do Banco. “Hum milhão de reais relativo ao preço fixo e 0,4% relativos ao preço de êxito.” Ora, preço de êxito - uma palavra agradável e menos explícita, é exatamente o ágio que se dá a mais do que o valor que se possa ter auferido no princípio.

Isso é uma barbaridade que não poderia - em hipótese alguma, um desembargador da envergadura de Otávio Valeixo, permitir que viesse a ser confirmado sem que existisse, pelo menos, um questionamento a esses fatores. Fatores muitos que poderão ser e foram levantados pela Oposição, como, por exemplo, de que o valor ofertado chegou à quantia de 1 bilhão 625 milhões.

“... a inesperada quantia de 1 bilhão 625 milhões que arrancou o entusiasmo dos patrocinadores da privatização, situa-se abaixo do valor encontrado só com o resultado da soma do patrimônio líquido oficial, que é

535 milhões com o crédito tributário existente de 1 bilhão 480 milhões, ou seja, 2 bilhões e 15 milhões de reais.”

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Caíto me concede um aparte?

(Assentimento)

Não sou um profundo entendedor de Banco, mas me ative a um artigo que foi escrito na “Veja” pelo economista Gustavo Franco. Vi nas considerações dele - que acredito que deva conhecer esta questão de Banco, quando ele coloca um posicionamento totalmente diferente de Vossa Excelência. Ele colocou a questão de que o leilão, é a forma mais legítima de se privatizar aqui neste País. E li aquele artigo e fiquei analisando também toda essa situação do Banestado. Entendo a preocupação de Vossa Excelência. As informações que Vossa Excelência precisar do governo vamos prestar. Mas, me permita discordar do seu posicionamento, de Vossa Excelência, porque lendo todos os artigos que vêm de profundos entendedores de banco, em todos os artigos elogiam a postura e a condução da privatização do Banestado, aqui, pelo governo do Estado do Paraná.

Agradeço.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Bom, eu só vou aduzir aos jornais que Vossa Excelência leu: “o jornal Folha de São Paulo, edição de quarta-feira, 18.10.2000 - caderno B, página 03, sob o título: Banco pode ter sido de graça para o novo dono, com o seguinte conteúdo. Os lances alternados na viva voz por representantes do Unibanco e do Itaú, não têm como único alvo as 376 agências do banestado, mas também o valor bilionário de crédito tributário do banco paranaense”. Sem contar, nobre deputado, com a generosidade deste Plenário que concedeu aos donos do Itaú, ao dono do novo banco 5 anos de movimentação de todos os tributos, créditos e pagamentos públicos patrocinados pelo Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Caíto, eu não quero entrar no mérito da colocação referente ao Banestado e muito menos no despacho do Excelentíssimo desembargador doutor Otávio César Valeixo, mas quero dar o meu testemunho aqui como cidadão paranaense, da pessoa do doutor Otávio César.

Eu o conheço há muitos anos como juiz ainda da 1ª Entrância e foi um dos primeiros juristas deste País a levantar a questão da violência no trânsito para o lado doloso. Foi ele que instituiu e conseguiu levar um criminoso do volante a juri popular no Estado do Paraná. E depois disso virou, naturalmente, defendido por outros tribunais.

Então, eu só quero colocar aqui, até me sinto na obrigação de fazer isso como cidadão paranaense, pela

postura ética, honesta, honrada do doutor Otávio César Valeixo.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para concluir, senhor presidente, eu apenas diria o seguinte: nós voltaremos a esse assunto, sem dúvida alguma, porque ele não se esgotará nem sequer em uma sessão; muitas coisas terão que ser discutidas. E eu espero que o desembargador Valeixo mantenha a decisão dessa liminar, embora haja denúncias de que desconhecendo a liminar concedida, o Banco Itaú tenha tomado posse ontem já do controle acionário do Banestado. Não tem importância. Haverá julgamento de mérito, deputado Pessuti. E esta questão poderá se prolongar por muitos anos. E se Deus quiser, deputado Nelson Justus, presidente, desta egrégia Casa, daqui a dois anos, quem sabe, lá no julgamento final disso, nós possamos devolver ao Itaú, em forma de precatório, esse dinheiro que ele tão açodadamente depositou em nosso nome.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PFL.

(Declina)

PSDB.

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados.

O deputado Caíto fez aqui uma exposição e teceu comentários a respeito do agravo de instrumentos sobre uma ação popular impetrada pelos senadores Roberto Requião, Álvaro Dias e Osmar Dias. E realmente, como dizíamos, no dia seguinte à privatização do Banestado ou o leilão do Banestado - que seria difícil fazer a reversão, deputado Caíto Quintana deste leilão. Mas, com certeza a sociedade paranaense precisaria conhecer com inteireza e profundidade o que foi feito no leilão do dia 17 de outubro, às 11h32min. na Bolsa de Valores deste Estado.

E, depois, nós já começamos a observar pelos jornais - e nós usamos da tribuna para fazer estas referências. E na data de ontem, o desembargador Otávio Valeixo traz, com certeza, uma peça jurídica que vai orientar toda as demais decisões, com respeito ao que tratarmos do Banestado, tratarmos da sua avaliação, tratarmos do seu leilão.

E, num trecho que o deputado Caíto entendeu por bem não ler, mas eu gostaria de fazê-lo, ele diz o seguinte: “Ademais, o processo de privatização não está em questão e nem faz parte de ação popular agilizada pelos autores. O que estes questionam e o fazem de forma consistente, substancial e irresponsável, é a oportunidade. E sobretudo a maneira de como o processo de alienação das ações do Banestado vem sendo conduzido pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda. Tais atos, se encontram exaustivamente demonstrados nos autos e em momento algum, no curso do procedi-

mento, conseguiu ser justificado pelo governo do Estado. Se mostram inteiramente desconformes como ditames legais aplicados à matéria e agridem de forma inadmissível também o interesse público. O controle acionário do Banestado está sendo transferido de modo irregular, danoso e agora mais do que nunca ficou patente, também insediado. E isto porque com o resultado já conhecido do pregão realizado nesta manhã de 3ª feira, o maior preço ofertado atingiu 303%. Preço mínimo fixado em avaliação absolutamente vil e propositadamente bastante distanciado da realidade”.

É o que nós dizíamos, aqui, já no dia seguinte que quando um bem público avaliado, todo o processo definido pela Lei nº 866/93, a Lei das Licitações, deixou de ser observada em detalhes. E agora, vem uma constituição bancária que sabe o que está fazendo, não é nenhum neófito no negócio, é alguém que conhece, já comprou o Bemge, o Banco Bandeirantes, o Banerj, assim sucessivamente, está se transformando num dos maiores bancos do hemisfério ocidental. E vem e oferece um ágio de 303%, é porque faltou responsabilidade e seriedade na hora da avaliação.

E no dia 18, o diretor presidente das Organizações Itaú, Roberto Egídio Setúbal, faz veicular na imprensa nacional uma matéria que vem como título “Fato relevante - Itaú Adquire Banestado”. E aí o Itaú, dá, para tristeza da sociedade paranaense, os motivos que fizeram com que ele se interessasse pelo Banestado e o bom negócio que ele fez na terra dos Pinheirais. E ele faz uma demonstração para explicar o custo das ações, o valor dos bens adquiridos, o valor patrimonial e mostra que os recursos dispendidos para adquirir o Banestado ficaram em recursos de capital por ação inferior ao Banco Bandeirantes e Banco Boa Vista. E isto ele já faz já o próprio Setúbal na Gazeta Mercantil, do dia 22, de circulação neste final de semana.

Ele diz, num trecho aonde o preço do patrimônio líquido dá 0,76, do patrimônio. O Bandeirantes, pagou 2 reais por cada um real de patrimônio líquido. O Banco Boa Vista pagou 1,91 por cada um real de patrimônio líquido. E nós, Banestado, foi pago 0,76 centavos por cada um real de patrimônio líquido. Isto sem considerar os créditos fiscais. Se considerarmos os créditos fiscais, aí o Banestado vai para 1,90. o Bandeirantes vai para 8,74. Oito reais foi pago ao banco Bandeirantes por cada 1 real de patrimônio líquido, considerado aí o crédito tributário. E o Banco Boa Vista, 4,75.

Quando nós dissemos, e a Oposição toda fez este discurso, que era impossível você fazer uma avaliação séria de uma instituição pública que está sendo colocada à venda, sem que fosse considerado no seu patrimônio o crédito tributário, Olavo Setúbal faz a seguinte afirmação: “O elemento que fez toda a diferença nas contas e foi o mais importante motivador do lance foi a descoberta do crédito fiscal do Banestado, no valor de 1 bilhão 659 milhões”.

Ora, deputado Waldyr Pugliesi, o banqueiro descobriu que tinha um crédito no Banestado de 1 bilhão e 659 milhões e que o Banco Fator, responsável pela avaliação do patrimônio do Banco não descobriu, mas que nós, aqui, o Sindicato dos Bancários inclusive foi à Justiça e até o tribunal de Contas para dizer que o Banco, através de sua contratada, estava deixando de considerar 1 bilhão e 659 milhões de crédito tributário. E foi o motivo que o banqueiro encontrou para arrematar o Banco do Estado do Paraná. E, interessante, mesmo a imprensa, a Oposição denunciando e as ações correndo, o governo não se sensibilizou para defender o patrimônio público, lançando como patrimônio do Bando do Estado, o crédito tributário.

E, agora, ele dita mais uma pérola, para que nós possamos ter lembrança do mal negócio que fez o Paraná.

“Caixa cresceu - Roberto Setúbal lembrou que a compra do Banestado aumentou bastante o caixa do Itaú para disputa. O Banestado foi vendido com um ativo de 3 bilhões e 600 milhões de reais em disponibilidade e aplicações financeiras. Para comprá-lo, foram gastos 1 bilhão 625 milhões. Sobraram, portanto, no caixa do Banestado, dois bilhões de reais que serão somados ao poderoso caixa diz outra. Então, o custo para avaliar o Banestado deixando de ser considerado um bilhão seiscentos e cinquenta e nove como patrimônio seu, foi de sete milhões de reais - um milhão fixo e mais seis e meio milhões de reais, variável. Isto está na cláusula 7222 para quem tiver interesse em conferir.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para registrar a presença do prefeito de Saudade do Iguaçu, Luiz Giacomini, e vereadores Edmar e Lúcio.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Nossos cumprimentos ao prefeito e aos vereadores.

No Horário das Lideranças, Liderança da Oposição. Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos vivenciando em Curitiba os últimos dias de uma campanha eleitoral, que vai definir o próximo prefeito deste município. Eu que sou do interior do Paraná, no fundo no fundo, aqui em Curitiba sou um espectador, torço, empenho-me naquilo que posso em que pese a nossa força ser bem reduzida.

Agora, senhor presidente, a campanha de Curitiba que vai eleger o próximo prefeito é uma campanha que tem passado o sinal vermelho - não por parte do deputado Ângelo Vanhoni, mas por parte daqueles que estão no poder hoje. O jornal Folha do Paraná na edição do dia 21 de outubro divulgou uma denúncia em relação ao uso da máquina pública por parte do governador Jaime Lerner, e

do prefeito Cássio Taniguchi na sua campanha à reeleição.

Eu queria, senhor presidente, vir aqui nesta tribuna para aplaudir a eleição de Curitiba que é o supremo da democracia, que é o ato mais bonito da democracia em que nós vivemos, quando o eleitor, a eleitora vai lá dentro da urna para manifestar o seu sentimento, a sua vontade de apoiar este ou aquele candidato. Agora, o que nós não podemos aceitar em qualquer hipótese e sob qualquer pretexto é o uso da máquina pública para favorecer este ou aquele candidato. E a denúncia que se tem é que o governador Jaime Lerner, o prefeito Cássio Taniguchi estão usando da máquina pública para tentar reverter um sentimento explicitado nas pesquisas de opinião pública que até há poucos dias davam ampla margem ao candidato da Oposição, Ângelo Vanhoni.

Por isso fica aqui o nosso protesto e até, senhor presidente, talvez tivéssemos nós aqui a responsabilidade de buscarmos apurar as denúncias para sabermos efetivamente até onde vai o abuso do poder econômico, o uso da máquina pública para favorecer o candidato na chapa branca, o candidato que busca a reeleição. Teríamos que verificar a denúncia publicada nos jornais da capital do Paraná, a denúncia que os chefes de núcleo do governo no interior do Estado estão buscando cabos eleitorais dentro da repartições públicas para vir a Curitiba no dia 29 de outubro fazer boca de urna para o candidato chapa branca. Queremos saber se são verdadeiras as denúncias de que não só aqui na capital, não só aqueles detentores de cargos de comissão, aqueles que exercem cargos de comissão e que estão sendo obrigados a ir a campanha para defender, contra, às vezes a sua vontade, o candidato chapa branca.

Mas não se agradando apenas com a participação do pessoal aqui da capital o governo, segundo as denúncias, vai para o interior, vai buscar aqueles cargos comissionados lá do interior, chefes de núcleos, pressionando funcionários para que no dia 29 venham aqui fazer boca de urna ao candidato da reeleição.

Por isso, senhor presidente, não vamos ficar aqui na verdade omissos em relação a isso, e queremos saber a verdade. Se o prefeito Cássio Taniguchi quiser ganhar a eleição limpamente, com as suas propostas em cima do seu plano de governo, mas jamais usando do dinheiro público, jamais usando da força do funcionário público, jamais usando da força do governo; porque é inaceitável que se use desses expedientes nefastos que já imaginávamos estivessem todos sepultados.

Por isso, senhor presidente, na condição de líder do PMDB, e o meu Partido aqui em Curitiba, de forma silenciosa apóia a candidatura do deputado Ângelo Vanhoni. Nós mesmos temos a nossa contrariedade em relação ao programa, em relação ao encaminhamento da campanha do PT no horário eleitoral da televisão. Achamos que o PT deveria mostrar sim ao Paraná e ao povo de Curitiba as mazelas que existem nesse governo, deveria mostrar o

envolvimento de autoridades com o narcotráfico, com o roubo de carro, deveria mostrar que este grupo que está aí governa Curitiba desde a década de 70, há trinta anos. Deveria mostrar o roubo de pessoas envolvidas com este governo do dinheiro público. Deveria mostrar sim, o programa do PT, a situação da venda do nosso patrimônio: do Banco do Estado, da Ferroeste, dos royalties da Itaipu.

Até a imprensa está divulgando, deputado Pessuti, se já não bastasse vender o Banestado, a Copel, a Sanepar, os royalties, a Ferroeste; até o presídio do Ahú estão vendendo. Os jornais publicam: "O Grupo Sonai está comprando o edital de licitação do Presídio do Ahú".

Até o Presídio do Ahú estão vendendo! Será em função da sua força e gana de destruir o nosso patrimônio?

Acho que o Partido dos Trabalhadores, o PT, deveria ter denunciado toda essa situação que incomoda o povo do Paraná. E essa é uma crítica aqui de um companheiro que apóia a candidatura do deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Só porque Vossa Excelência tocou num assunto que me preocupa muito, que é essa história de privatizar presídio, deputado. Porque como o Grupo Sonai pode comprar, daqui a pouco pode dar um lance maior ainda o cartel de Medellin, ou o cartel de Cali, ou coisa semelhante, e acabar comprando os presídios para cuidar dos seus próprios presos.

O SR. NEREU MOURA

Quero, senhor presidente, concluindo as minhas palavras, dizer que fica aqui o nosso manifesto de que iremos investigar sim a denúncia do uso da máquina pública para a campanha eleitoral do candidato chapa branca aqui de Curitiba. Não vamos permitir que se use o dinheiro do povo para apoiar candidaturas políticas. Que se ganhe a eleição se for para ganhar, mas que se ganhe na raça, se ganhe na proposta, no encaminhamento, na discussão e não com o dinheiro sagrado do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo. Com a palavra, o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Farei uso da tribuna, rapidamente, apenas para responder ao deputado Nereu Moura, que se eu tinha alguma dúvida de pesquisas, passo a começar acreditar que tenho que começar a acreditar nas pesquisas. Porque ouvi, aqui, um pronunciamento do primeiro para o segundo turno do deputado Nereu Moura, quando do

resultado que foi vitorioso, não ouvi nenhuma denúncia de uso da máquina pública.

Hoje, coincidentemente, com as notícias de jornais, aparece o deputado Nereu Moura, fazendo o seu pronunciamento, denuncia, do uso da máquina pública.

É uma questão que, nós que estamos fazendo a campanha do doutor Cássio Taniguchi, ficamos satisfeitos porque estamos sentindo que com a nossa campanha, podemos vencer as eleições. De maneira nenhuma o resultado dessas pesquisas, vai fazer com que nós paremos de fazer campanha. Só acho que esse já é um sistema e um sinal de que, provavelmente, aquele candidato a prefeito, que estava mais light do que muitos políticos de direita, mas direita, direitona possivelmente, a partir de hoje mude o discurso e venha com agressões e mude, também o discurso, em horário eleitoral. Parece-me isso.

Quanto a essa outra questão, do uso da máquina das pessoas que usam o cargo de confiança, quero dizer que uma das coisas mais bonitas que está acontecendo no Paraná, hoje, na campanha do Cássio, emociona os companheiros do Cássio, quando vemos o voluntariado na sua campanha.

Quem vai vencer essas eleições se o Cássio vencer em Curitiba? Os voluntários dessa campanha! Tenho visto pais, mães de família, estudantes, empresários, pessoas que nunca participaram de eleições, preocupados com Curitiba, com o resultado das eleições. Isso está acontecendo não apenas a nível de capital, mas a nível de Paraná.

Não tenho dúvida nenhuma, que no final de semana, como estamos recebendo muitos adeptos da candidatura do nosso adversário do Rio de Janeiro, certamente, o interior do Estado do Paraná estará presente na capital do Estado.

Os meus companheiros, eu os convidei para vir a capital, para participar da eleição do Paraná, que é Curitiba. Isso faz parte da política. Quem fez escola foi o grande líder do deputado Nereu Moura, o ex-governador Requião.

Todos lembram da eleição de prefeito - o Requião venceu o Lerner naquelas eleições.

O SR. NEREU MOURA

O governador foi o Richa.

O SR. VALDIR ROSSONI

Ouvi com atenção Vossa Excelência. Indispensável o seu pronunciamento e por isso estou fazendo o meu aqui. Quando Vossa Excelência quer fazer essa colocação, que foi o governador José Richa - mas se sou candidato e acho que isso é imoral, não aceito de forma nenhuma, de jeito nenhum.

Então, na verdade eleição é a participação do povo, ninguém vence eleição por uso de máquina! Nós temos vários exemplos, temos o exemplo de Ponta Grossa onde um companheiro nosso, aqui da Casa, venceu as eleições contra o prefeito lá que estava candidato à reeleição, teve

uma brilhante vitória. Ora ninguém venceu as eleições de Curitiba ainda, mas não vamos tirar o brilho desta campanha que está acontecendo em Curitiba. A campanha de quem quer defender Curitiba, a campanha da família de Curitiba, a campanha do estudante, do jovem, e a grande vantagem que o Cássio está tendo hoje não são as pesquisas, porque nós não consideramos vitoriosos, ainda, a grande vantagem do prefeito Cássio Taniguchi é a participação voluntária na campanha, se tornou um batalhão! Você vê na rua as pessoas preocupadas, pedindo voto, pessoas que não participam, isto orgulha muito a nós paranaenses.

E também vejo uma outra questão que é importante ser dita, aqui, quando terminou o primeiro turno, o mesmo deputado fez uso da tribuna e falou que o governador Jaime Lerner era malquisto, que estava derrubando o seu candidato. Hoje ele lamenta a participação do governador, então fica extremamente delicado, fica difícil.

Concedo o aparte ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Rossoni, na verdade a participação do governador Jaime Lerner é subjetiva, usando a máquina pública, porque na televisão ele não teve a coragem de aparecer. E o prefeito Cássio Taniguchi foi pedir perdão aos empresários de Curitiba dizendo: "Julguem o governo em 2002, não agora, me salvem, por favor". E até agora não colocou o governador Jaime Lerner e o prefeito Rafael Greca no horário eleitoral, porque ele sabe o peso que tem nas costas. É por isso que ele foi pedir perdão. Estou dizendo aqui que a participação do governador Jaime Lerner é subjetiva, é usando a máquina. Estou agora com um fax aqui nas minhas mãos, está aqui, da Assessoria Especial da Governadoria, faz passando às pessoas de Curitiba, aos meios de comunicação, denegando a imagem do deputado Ângelo Vanhoni. Porque se quisesse ajudar ia na televisão, ia nos comícios, aí nós iríamos aceitar, não usando a máquina pública.

O SR. VALDIR ROSSONI

Assisti ontem uma entrevista do candidato Cássio Taniguchi quando ele colocou esta questão do governador Jaime Lerner, sem nenhuma dúvida, sem nenhum temor e com a lealdade que lhe é contumaz, da figura do governador Jaime Lerner, da participação do governador Jaime Lerner, nas eleições, questão diferente, deputado Nereu Moura, que acontece com o candidato de Vossa Excelência, ele escondeu o senador Roberto Requião e Vossa Excelência não o viu na televisão também. Pelo menos eu não assisti nenhum programa com a sua participação, talvez o ex-governador tenha viajado e não tenha voltado ainda, depois do primeiro turno, porque o resultado não lhe foi favorável. Talvez ele entre na televisão agora, nestes últimos dois dias, mas tenho informações que o senador Roberto Requião não está nada satisfeito, porque o tiraram da televisão também.

Então, quero dizer, eu acho que é entrar em questão de direcionamento político, nós discutimos e conduzimos a nossa campanha, qual a melhor forma e Vossas Excelências conduzem e fazem a melhor forma para vocês. Então essa questão de Lerner, de Requião, eu acho que na verdade é a proposta do candidato Ângelo Vanhoni, com a proposta do doutor Cássio Taniguchi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 207/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a criação da Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - Ciretran, no município de Ribeirão do Pinhal. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 295/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de utilidade pública, a creche comunitária Tia Sandra, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 303/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Sengés, imóvel que especifica. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 318/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que declara de utilidade pública o "Larsão Vicente de Paulo", com sede em Califórnia e foro em Marilândia do Sul. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de utilidade pública a Associação Maringá Apoiando a recuperação de Vidas - MAREV, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de utilidade pública a Fundação Escola Pública do Ministério Público do Paraná - FEMPAR, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que institui o código de deveres fundamentais, a ética e decore parlamentar no Poder Legislativo do Estado do Paraná. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNARIO. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO EXECUTIVA

EMENDAS AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de resolução, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo instituir como deveres fundamentais, a ética e o decore parlamentar, e a corregedoria parlamentar no Poder Legislativo do Estado do Paraná.

O projeto recebeu duas emendas de plenário durante a sua discussão, uma substitutiva geral de autoria do autor e a de nº 2, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Chamada a opinar, com base no § 1º do artigo 33 do Regimento Interno, esta Comissão Executiva não encontrou nenhum óbice para que as mesmas sejam submetidas à decisão do plenário.

É o parecer.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.08.2.000

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a criação do Programa Habitação Rural no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.A.I.C.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado o**

Substitutivo Geral. (Publ. no D.A. nº 002, de 16.02.2.000)**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 12/2000****P A R E C E R :**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por finalidade autorizar a criação do Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná e dá outras providências.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade constitucional e técnica legislativa, nosso Parecer é Favorável a este projeto de lei, acolhendo-se o Substitutivo Geral o deputado Algaci Tulio anexo ao presente.

Sala das Comissões, em 04.04.2.000
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO
PROJETO DE LEI Nº 12/2000****Do Projeto**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da nobre deputada Luciana Rafagnin, autoriza a Criação do Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná e dá outras providências.

Da Análise

Na análise da matéria, consideramos pela não fixação de valor do financiamento na lei, por isso tolhe a implantação de projetos decorrentes do aumento do custo da construção civil no desenvolvimento da obra (art. 3ª).

No art. 4º:

Item I - suprimimos a expressão “sem a contratação de empregados permanentes, sendo permitida a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir”, por entender que a mesma limitaria a aplicação da lei;

Item III - Retiramos a fixação de porcentagem mínima de renda familiar, pelo mesmo motivo (limitação na aplicação da lei em benefício do produtor rural).

Art. 7º - Suprimimos o artigo por entender que a fixação de prazo para regulamentação do projeto é incompatível com a sua natureza autorizatória.

Do Parecer

Procedida a análise legal da matéria, verificamos que nada consta à sua tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de Parecer Favorável ao presente projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 16.05.2.000.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL DO****PROJETO DE LEI Nº 12/2000**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, vinculado à Secretaria Especial da Política Habitacional.

Art. 2º - O objetivo do Programa de Habitação Rural é financiar a construção, reforma e ou ampliação de moradias rurais de agricultores familiares.

Art. 3º - Serão beneficiários deste financiamento os agricultores familiares que atendam aos seguintes requisitos:

I - Utilizar o trabalho direto seu e de sua família na exploração agrícola da terra;

II - Não deter, a qualquer título, área de terra superior a 03 módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;

III - Ter a renda familiar proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa.

IV - Residir na propriedade há pelo menos 01 (um) ano;

V - Possuir declaração de aptidão fornecida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do respectivo município do beneficiário.

Art. 4º - A concessão do financiamento obedecerá os seguintes parâmetros:

I - carência de até 1 (um) ano e meio;

II - prazo de amortização de, no máximo, 10 (dez) anos;

III - prazo de 180 dias, após a liberação do recurso, para a conclusão da reforma, construção ou ampliação da moradia rural.

Parágrafo Único - A amortização será feita pelo valor nominal contratado, observado o prazo de carência prevista no inciso I deste artigo, sendo o mesmo sob a forma de equivalência produto da atividade principal do beneficiário, podendo ser o vencimento em parcelas anuais ou semestrais, conforme opções do agricultor.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, a qualquer momento, no Orçamento Anual do Estado, os créditos adicionais necessários para atender as despesas decorrentes desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.05.2.000.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 012/2000****P A R E C E R :**

Para análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 012/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a criação do Programa de Habitação no Estado do Paraná e dá outras providências.

Considerando a relevância social do projeto de lei em tela, que objetiva a melhoria das condições de moradia e de vida do homem do campo a um custo mais que razoável e, considerando que a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice quanto à sua constitucionalidade, nosso parecer é favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.2.000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
PÉRICLES MELLO - Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 012/2000.**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que tem por objetivo autorizar a criação do Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná e dá outras providências.

Após ter recebido parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio é chamada a se manifestar.

Apresentamos parecer favorável por entender a relevância e importância social da matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.2.000.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Presidente em exercício
ADEMIR BIER
Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a criar e instalar uma companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná, em Sarandi. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 078, de 14.06.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 198/2000**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por finalidade autorizar o governo do Estado do Paraná a criar e a instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná, em Sarandi.

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar reconhece a necessidade de se ampliar a estrutura de segurança da região, e mais, verificou que o projeto em tela tem caráter autorizatório, constituindo-se

uma mera sugestão ao Poder Executivo não havendo portanto nenhum óbice para sua aprovação.

Diante do exposto, nosso Parecer é Favorável opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSSO
Presidente e Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 198/2000**

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o governo do Estado do Paraná a criar e a instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná no município de Sarandi.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública reconhece a necessidade de ampliar a estrutura de segurança no município e com isso facilitar o trabalho da Polícia Militar do Paraná.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a doar ao município de Marialva o lote de terras nº 3/72 de Gleba Patrimônio de Marialva. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 118, de 11.09.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 290/2000**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, que tem por objetivo autorizar o governo do Estado do Paraná, a doar ao município de Marialva o lote de terra nº 3/72 da Gleba Patrimônio de Marialva.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 290/2000

Art. 1ª - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Marialva o lote de terras nº 3/72, com área de 1.395m², subdivisão do lote 72, da Gleba Patrimônio Marialva, de sua propriedade conforme transcrição das Transmissões nº 867, fls. 64, do Livro 3/C, do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Marialva.

Parágrafo Único - O imóvel será utilizado pela prefeitura municipal de Marialva, com obras de infraestrutura, para solucionar problemas de drenagem de águas pluviais. A referida prefeitura municipal não poderá dar outra destinação, sob pena desta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos e ressarcimentos, ficando ainda, agravada a doação com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO
E IMIGRAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 290/2000

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Ricardo Maia que autoriza o governo do Estado do Paraná a doar ao município de Marialva o lote de terras nº 3/72 da Gleba Patrimônio de Marialva.

Fundamentação

Quanto aos aspectos constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente por não encontrar nenhum óbice para a sua tramitação.

Chamada esta comissão a se manifestar, conforme dispõe o § 8º, do art. 33, do Regimento Interno, entende pelo mesmo posicionamento da douta comissão acima referida. No terreno objeto desta doação, o município de Marialva pretende construir obras de infra-estrutura, findando assim, as inundações existentes no entorno urbano próximo ao terreno. Neste, passam as águas pluviais que descem das ruas da cidade, quando não há escoamento normal das galerias existentes nessa parte da mesma.

Conclusão

Assim sendo, somos pelo Parecer favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 19.10.2000.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nº 1976 e 1977, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Waldir Pugliesi, Caíto Quintana e Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1978, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Waldir Pugliesi, Caíto Quintana e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1966, 1967, 1991 e 1992, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1968 e 1969, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1971, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1974, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1975, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1988, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1989, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1990, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1979 a 1986 e 2001 a 2006, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1995, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1997 a 2000, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2007, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2009, de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Orlando Pessuti e demais senhores deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2010, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1941, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O deputado Valdir Rossoni já me repassou as informações e pedi a retirada e gostaria que Vossa Excelência fizesse constar na Ata o meu voto contrário ao requerimento de solicitação de voto de congratulações à Copel. O requerimento foi aprovado, eu votei contra e Vossa Excelência não observou.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente anotado.

Requerimento nº 1942, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Hermes Fonseca, Ademir Bier e Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Da mesma maneira, o deputado Rossoni já me repassou as informações e eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os dois requerimentos ficam sem efeito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 205 e 315/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/2000

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 012, 198 e 290/2000

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 106 e 213/2000

Levanta-se a sessão.

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Neusa Attuy Gonçalves, matrícula 40901, endereço Rua Prof. Assis Gonçalves, 1277 - ap. 11-H, bairro Água Verde, cidade de Curitiba, CEP: 80620-050 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 429.067.179-91, telefone: 343-4695.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 5802)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Neusa Attuy Gonçalves

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2000

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Plauto Miró Guimarães e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Ângelo Vanhoni (01)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requiro Verificação de Votação da Ata.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito Chamada Nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa defere e procederá à Chamada Nominal dos senhores deputados.

(É procedida a Chamada Nominal dos senhores deputados).

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

14 senhores deputados responderam à chamada.

Antes de encerrar a sessão, por absoluta falta de quórum, esta Presidência encaminha imediatamente, uma relação dos deputados presentes para que seja descontado dos salários dos deputados ausentes na manhã de hoje. Esta Presidência avoca para si a responsabilidade e encaminha à Mesa Executiva. É regimental e solicito ao senhor 1º secretário que forneça a relação dos deputados faltosos.

Não há quórum para prosseguimento da sessão, infelizmente.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, só um comunicado à Assembléia, lamentar profundamente o falecimento do doutor Alceu Conceição Machado, desembargador aposentado, que teve uma grande atuação como presidente do Tribunal de Justiça e foi quem criou o Tribunal de Pequenas Causas que deu a grande descentralização

nos feitos da Justiça. Lamentar profundamente o seu passamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar publicamente o nosso Luizinho, da Gráfica, pela nova capa da Ordem do Dia, que realmente, com as cores do nosso Estado ficou muito bonita.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 140, 205, 206, 276, 315/2000 e do Projeto de Resolução nº 012/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 012, 198 e 290/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 106 e 213/2000.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 134/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SONIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO, matrícula nº 0058, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de consultor técnico "A", nível NU-2, o tempo de um (01) ano e seis (06) meses, relativo ao 1º quinquênio, compreendido entre 01.02.84 e 01.02.89; ao 2º quinquênio, compreendido entre 01.02.89 e 01.08.93, antecipado em razão da incorporação do 1º quinquênio; e ao 3º quinquênio, compreendido entre 01.02.93 e 01.02.98, antecipado em razão da incorporação do 2º quinquênio, conforme lhe faculta a Lei de nº 6174/70.

(Prot. nº 4314/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.10.2000.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral